

---

***FOLLOW-UP* DA AVALIAÇÃO GLOBAL  
DE IMPLEMENTAÇÃO DO QREN**

**2007-2013**

---

**JANEIRO 2011**

## **APRESENTAÇÃO**

A programação do QREN contemplou o imperativo de proceder não só à divulgação dos resultados dos processos de avaliação do QREN e dos PO, como a necessidade de promover o *follow-up* das recomendações das avaliações desenvolvidas ao longo do período de programação 2007-2013. Esta obrigação está prevista nos capítulos dos Programas Operacionais sobre Disposições de implementação/Modelo de governação, concretamente no que se refere à Monitorização e Avaliação, onde consta o princípio da resposta obrigatória às recomendações da avaliação, com o objectivo de valorizar o seu papel.

Este princípio foi também reflectido no Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO e nas orientações técnicas consensualizadas no seio da Rede de Avaliação do QREN e dos PO para a implementação desse plano. Foi, assim, no quadro desta Rede que se debateu e consensualizou um documento específico de orientações tendo em vista assegurar o cumprimento do princípio da resposta obrigatória às recomendações da avaliação, definindo uma metodologia comum para esse efeito.

O presente documento vem dar cumprimento a este princípio de resposta às recomendações das avaliações concluídas, neste caso o exercício de avaliação global da implementação do QREN, lançado pelo Observatório do QREN. Dada a natureza estratégica e global desta avaliação, a equipa deste estudo apresentou um vasto conjunto de recomendações, distinguindo as que considerou serem do âmbito do QREN e as que considerou estarem a montante do mesmo, incidindo nas políticas públicas financiadas por esta via.

Por outro lado, a natureza estratégica da avaliação em causa explica também que parte das suas recomendações tenham a coordenação política do QREN como o seu principal destinatário. Neste contexto, a resposta que se apresenta procurou circunscrever-se à esfera de competências que cabem aos órgãos de governação técnica do QREN e em particular ao Observatório do QREN, remetendo para ponderação específica da coordenação política do QREN as matérias que são da sua competência (sem prejuízo de se apresentar a propósito das mesmas algumas considerações específicas).

Cumprindo, por fim, agradecer a colaboração dos membros da Rede de Avaliação do QREN e dos PO (representantes das autoridades de gestão dos PO, dos organismos responsáveis pela coordenação nacional respectivamente do FEDER e Fundo de Coesão (IFDR) e do FSE (IGFSE) e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) na preparação do presente documento.

## RESPOSTA ÀS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO QREN 2007-2013

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>RECOMENDAÇÕES DE ÂMBITO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL - ÓPTICA QREN E AGENDAS</b>				
<b>1. Capitalizar os resultados da presente avaliação como base de reflexão das instâncias de aconselhamento estratégico existentes no âmbito do QREN sobre como reajustar os efeitos estratégicos pretendidos à situação gerada pelos desvios entre o contexto económico e social de execução do QREN e aquele em que este foi concebido e planeado.</b>	Aceite	Os resultados desta avaliação já têm sido mobilizados para este efeito, designadamente em sede de elaboração do relatório estratégico de 2009 (desenvolvido pelo Observatório do QREN e remetido à Comissão Europeia) e da elaboração dos relatórios anuais de monitorização do QREN (relatórios disponíveis em <a href="http://www.observatorio.pt">www.observatorio.pt</a> ).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração dos resultados da avaliação no relatório estratégico de 2009 remetido à Comissão Europeia e nos relatórios anuais do QREN, bem como em informações/pareceres remetidos à coordenação política do QREN.</li> <li>- Dinamização de encontros/ reuniões de natureza global (Comissão Técnica de Coordenação alargada) ou temática com autoridades de gestão, de coordenação nacional dos fundos comunitários e outros <i>stakeholders</i> para debate de soluções que melhorem a implementação do QREN e em que os resultados desta avaliação serão capitalizados.</li> <li>- Disponibilização dos resultados desta avaliação a todos os interessados, em particular aos mais directamente envolvidos na implementação do QREN.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementada</li> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> </ul>

<sup>1</sup> As recomendações são consideradas parcialmente aceites quando não se consideram adequados os termos em que aquelas estão formuladas, embora se considere que as mesmas contêm elementos que devem ser considerados no processo de *follow-up* da avaliação. Nos casos em que se entende que as recomendações estão relacionadas com opções de orientação política, as mesmas são reencaminhadas para a coordenação política do QREN. Pelo contrário, sempre que se trate de recomendações que se dirigem à esfera de competências dos diferentes órgãos de governação técnica do QREN, a resposta fornecida resulta de uma articulação realizada no contexto do modelo de governação do QREN. Em relação às propostas reencaminhadas, optou-se por apenas indicar aquelas que se dirigem à coordenação política do QREN, considerando-se que aquelas que estão na esfera de competências dos diferentes órgãos de governação técnica do QREN serão respondidas no quadro dos mecanismos de coordenação institucional dinamizados no contexto do modelo de governação do QREN.

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>2. Focar e recentrar o modelo de governação do QREN em torno do reforço da gestão coordenada das AOT, para garantir que a dimensão estratégica do QREN seja concretizada de modo convergente em territórios específicos.</b></p>	Aceite	<p>No âmbito das suas competências de coordenação e monitorização estratégica do QREN, a Comissão Técnica de Coordenação do QREN e o Observatório do QREN em particular, procuram contribuir para a coordenação da gestão das três agendas, promovendo iniciativas nesse sentido.</p>	<p>- Dinamização de encontros/ reuniões de natureza temática com autoridades de gestão, de coordenação nacional dos fundos comunitários e outros <i>stakeholders</i> para debate de soluções que melhorem a implementação do QREN e em que os resultados desta avaliação serão capitalizados.</p> <p>- Dinamização da Comissão Técnica de Coordenação do QREN.</p>	<p>Em desenvolvimento (em contínuo)</p> <p>- Em desenvolvimento (em contínuo)</p>
<p><b>3. Criar um Centro de Racionalidade Temática (CRT) da Valorização do Território.</b></p>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN, propondo contudo a sua não aceitação	<p>A criação de CRT é uma competência da CMC do QREN. Entende-se, porém, não ser a solução mais eficaz a criação de um CRT neste domínio, devido à diversidade de sub-agendas que integram a Agenda Valorização do Território.</p>		
<p><b>4. Assegurar condições políticas e operacionais para que os PROT em vigor cumpram o seu papel de orientação das opções intra regiões NUTS II.</b></p>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN.</p>		
<p><b>5. Agendar de forma sistemática a participação cruzada das AG dos PO Regionais e da AG do POVt nas Comissões de Acompanhamento dos PO.</b></p>	Não aceite	<p>A participação cruzada das AG dos PO nas Comissões de Acompanhamento tem vindo a acontecer. Considera-se ainda que, mais do que assegurar essa participação cruzada nas Comissões de Acompanhamento, deverá procurar-se aprofundar os mecanismos de troca de informação/ articulação sistemática entre as AG, nas áreas de interesse comuns.</p>		

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>6. Reforçar a utilidade e o carácter estratégico das Comissões de Aconselhamento Estratégico dos POR do Continente.</b></p>	<p>- Aceite, no que se prende com a esfera de competências dos órgãos de governação técnica do QREN. - Recomendação reencaminhada para a coordenação política do QREN.</p>	<p>As Comissões de Aconselhamento Estratégico dos POR do Continente podem desempenhar um papel mais efectivo na monitorização regional e no envolvimento dos respectivos <i>stakeholders</i> na implementação do QREN, tendo por base designadamente o trabalho dos CODR. Contudo, dada a natureza essencialmente política deste órgão, a sua efectiva mobilização está dependente também de uma orientação política nesse sentido.</p>	<p>Prosseguir e aprofundar o trabalho de monitorização territorial da implementação do QREN, em articulação com os CODR (“<i>zooms</i> territoriais”), enquanto instrumento de suporte à dinamização das Comissões de Aconselhamento Estratégico dos POR.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>
<p><b>7. Dotar algumas vertentes estratégicas da programação do QREN de núcleos de racionalidade, exercendo a sua função a montante da programação e em estreita articulação com os centros de tomada de decisão política.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Recomendação de âmbito muito genérico e, por essa razão, de difícil concretização/desenvolvimento. Por outro lado, são apresentadas outras recomendações que podem ir no mesmo sentido e que são respondidas nesse contexto.</p>		

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>8. Criar condições no âmbito da gestão coordenada das três AOT para que o processo de monitorização estratégica do QREN se consolide e que os resultados dessa monitorização se transformem em relevantes instrumentos de comunicação do mesmo.</b></p>	Aceite	<p>Recomendação que, apesar de genérica, vem de encontro a uma das preocupações centrais do Observatório do QREN, que consiste em tornar cada vez mais útil os resultados do processo de monitorização estratégica que está a dinamizar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinamização de encontros/ reuniões de natureza global (CTC alargada) ou temática com autoridades de gestão, de coordenação nacional dos fundos comunitários e outros <i>stakeholders</i> para debate de soluções que melhorem a implementação do QREN.</li> <li>- Realização do seminário anual do QREN.</li> <li>- Prosseguimento e aprofundamento dos instrumentos regulares de apresentação dos resultados da implementação do QREN, da responsabilidade da CTC QREN (boletins conjunturais, relatórios anuais de monitorização).</li> <li>- Dinamização da rede de comunicação do QREN.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> <li>- Em desenvolvimento</li> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> </ul>
<p><b>9. Reforçar a orientação dos sistemas de apoio à modernização administrativa para o objectivo de redução dos custos públicos de contexto.</b></p>	Aceite	<p>Os sistemas de apoio à modernização administrativa estão já fortemente orientados para este efeito, mas admite-se a necessidade de reforço dessa orientação, no quadro dos condicionalismos de natureza orçamental que actualmente penalizam a execução dos projectos. Para o efeito é naturalmente indispensável o envolvimento das autoridades de gestão, organismo intermédio (Agência para a Modernização Administrativa) e também dos órgãos de coordenação política.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprofundar a monitorização estratégica dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).</li> <li>- Ponderação com as entidades responsáveis pela gestão operacional desta área (AG e OI) de iniciativa(s) para resposta à recomendação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em desenvolvimento</li> <li>- Em desenvolvimento</li> </ul>

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>10. Reavaliar os processos de flexibilização e simplificação introduzidos, sobretudo nos SI, com o objectivo de adaptar a programação às políticas de combate à crise.</b></p>	Aceite	<p>A flexibilização e simplificação introduzida nos Sistemas de Incentivos (SI) tem vindo a ser objecto de ponderação no âmbito da rede de coordenação dos mesmos, atendendo aos resultados decorrentes dessa flexibilização e à evolução da conjuntura. Por outro lado esta questão está também presente na avaliação em curso sobre a operacionalização do SI.</p>	<p>- Acompanhar os resultados e recomendações da avaliação da operacionalização dos Sistemas de Incentivos, bem como os dados regulares decorrentes do sistema de monitorização do QREN.</p> <p>- Ponderação com as entidades responsáveis pela gestão operacional desta área (AG e OI) de iniciativa(s) para resposta à recomendação.</p>	<p>- Em desenvolvimento</p> <p>- Em desenvolvimento</p>
<p><b>11. Concretizar em pleno a rede de cooperação constituída no âmbito dos SI entre AG e estruturas técnicas dos COMPETE, OI e POR, no sentido do aperfeiçoamento do modelo e valorizando o potencial de aprendizagem que se oferece às estruturas técnicas regionais.</b></p>	Não aceite	<p>A rede de cooperação é referida na própria avaliação como uma “boa prática”, já estando nesse sentido em pleno funcionamento, em contínuo aperfeiçoamento, o que constitui também a forma como se tem procurado prosseguir o esforço de dinamização da mesma.</p>		
<p><b>12. Adaptar os SI às especificidades regionais, no âmbito do potencial de intervenção que a base regulamentar comum veicula.</b></p>	Parcialmente aceite	<p>A adaptação dos SI às especificidades regionais é possível no actual quadro regulamentar, mas depende em grande medida de uma maior clarificação das prioridades regionais em relação ao tecido empresarial a apoiar.</p>	<p>Ponderação com as entidades responsáveis pela gestão operacional desta área (AG e OI) de iniciativa(s) para resposta à recomendação.</p>	Em desenvolvimento

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>13. Consolidar as experiências reconhecidas de Pólos de Competitividade e de Clusters, valorizando as experiências que evoluem na trajectória certa de cumprimento dos princípios e finalidades de uma EEC.</b></p>	Aceite	Recomendação de natureza genérica e cujo sentido é consensual.	Dinamizar, de forma mais intensa, o acompanhamento e avaliação específica dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros <i>Clusters</i> reconhecidos como EEC. Neste sentido, encontra-se programado no Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO o desenvolvimento em 2011/2012 de uma avaliação especificamente para o efeito.	Em desenvolvimento
<p><b>14. Recuperar a prática de audições aos responsáveis dos projectos de I&amp;D, procurando eliminar (à partida e em tempo oportuno) dúvidas e interrogações que tendem a ser colocadas em sede de acções contraditórias.</b></p>	Não aceite	A realização de audições com os responsáveis dos projectos de I&D tendo em vista o objectivo referido levanta dúvidas processuais, dado tratarem-se de concursos públicos. Por outro lado, no âmbito do desenvolvimento desses concursos é possível colocar as dúvidas e interrogações que os potenciais beneficiários entendam junto das AG, para apoiar a instrução das candidaturas, como tem aliás vindo a acontecer.		
<p><b>15. Promover a audição de promotores de investimentos de I&amp;DT com experiência de participação em programas-quadro europeus de ciência e tecnologia, visando analisar a margem de simplificação dos processos de candidatura.</b></p>	Parcialmente aceite	Existem vários mecanismos de interacção com os <i>stakeholders</i> dos PO que são fonte de recolha de propostas com vista a melhoria dos processos de candidatura e análise de projectos. Uma parte significativa das simplificações introduzidas tem origem nestes mecanismos.	Recomendação a aprofundar nomeadamente no quadro dos resultados da Avaliação dos Sistemas de Incentivos, em curso, e da avaliação dos instrumentos de recolha de informação utilizados pelos vários PO co-financiados pelo FEDER e FC com vista à simplificação administrativa, da responsabilidade do IFDR, a lançar durante 2011.	Em desenvolvimento



Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>16. Recentrar as EEC de base territorial, no âmbito de um novo mandato dirigido às CCDR, revalorizando os princípios e objectivos últimos das EEC.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parcialmente aceite</li> <li>- Reencaminhada para a coordenação política do QREN, atendendo a que a recomendação aponta para a necessidade de dar um novo mandato às CCDR para este efeito</li> </ul>	<p>A (re)análise das EEC de base territorial tem constituído uma preocupação quer na actividade das CCDR, quer do Observatório do QREN e que se prevê aprofundar, razão pela qual se considera a recomendação parcialmente aceite.</p> <p>Por outro lado, a definição de “um novo mandato dirigido às CCDR” para este efeito exige a definição de uma orientação política clara nesse sentido.</p>	<p>Dinamizar, de forma mais intensa, o acompanhamento e avaliação específica das EEC de base territorial, com incidência nas estratégias reconhecidas no âmbito do PROVERE. Neste sentido, encontra-se programado no PGA o desenvolvimento em 2011/2012 de uma avaliação especificamente para o efeito.</p>	<p>- Em desenvolvimento</p>
<p><b>17. Adequar a programação do PRODER à abordagem das EEC de modo a enquadrar positivamente o financiamento dos projectos-âncora de alguns Clusters e Pólos de Competitividade, sobretudo na área agro-alimentar.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito do QREN, designadamente ao nível da sua governação técnica, embora se considere a mesma relevante.</p>		

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>18. Dinamizar a abertura da programação POPH à problemática das EEC (Pólos e Clusters).</b>	Aceite	Aceite tendo em conta a relevância que a componente da formação apresenta em alguns Programas de Acção de Pólos e Clusters e valorizando a participação de entidades de interface ligadas ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, de modo a possibilitar a estruturação gradual de segmentos de uma fileira de emprego científico, com componentes sectoriais e regionais, susceptível de contribuir para a qualificação das EEC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponderação com as entidades responsáveis pela gestão operacional desta área (AG, em particular do POPH e POFC) de iniciativas que permitam identificar os mecanismos mais adequados ao financiamento da componente de qualificação dos recursos humanos (e.g., formação profissional) em sede das EEC (apoios POPH no âmbito de tipologias concretas, mecanismos de elegibilidade cruzada, etc.).</li> </ul>	- Em desenvolvimento
<b>19. Monitorizar estrategicamente as componentes da programação dos POR Norte e Centro associadas ao alargamento da base territorial da competitividade de ambas as Regiões, de modo a viabilizar a consolidação de Sistemas Regionais de Inovação (SRI).</b>	Aceite	A monitorização estratégica desta dimensão constitui uma das preocupações do Observatório do QREN, não só na perspectiva do contributo destes PO Regionais, como dos PO Temáticos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar a monitorização estratégica desta dimensão, nomeadamente, em sede de desenvolvimento do relatório anual do QREN.</li> <li>- Focar esta dimensão também na óptica dos “zooms territoriais” a desenvolver, na sequência de outra recomendação desta avaliação.</li> </ul>	- Em desenvolvimento  - Em desenvolvimento
<b>20. Contrariar a atomização de experiências de criação de incubadoras de base tecnológica.</b>	Aceite	Constituindo o princípio da concentração um dos princípios orientadores do QREN, o prosseguimento desta recomendação é consequência da aplicação prática do mesmo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ponderação com as entidades responsáveis pela gestão operacional desta área (AG) de iniciativa(s) para resposta à recomendação.</li> <li>- Contribuir para estabelecer uma clarificação dos limiares de recursos técnicos, científicos, de gestão e de dinamização de empreendedorismo que cada entidade se propõe mobilizar para consolidar a sua intervenção neste domínio, em articulação com as AG.</li> </ul>	- Em desenvolvimento  - Em desenvolvimento

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>21. Valorizar na programação a componente de incubação de empresas na área da economia social.</b></p>	<p>Aceite</p>	<p>A programação já poderá acolher iniciativas neste domínio. Contudo, atendendo ao contexto económico de crise, em que a economia social pode desempenhar um importante papel na resposta à mesma, poder-se-á ponderar o reforço desta vertente no QREN.</p>	<p>Ponderação com as autoridades de gestão responsáveis (PO Regionais) da viabilidade desta iniciativa, designadamente em função das respectivas disponibilidades orçamentais</p>	<p>Em desenvolvimento</p>
<p><b>22. Manter os níveis de apoio ao alargamento da rede do pré-escolar e aos programas de modernização dos estabelecimentos de ensino.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN. Note-se que o investimento nestes domínios tem constituído e continua a constituir uma das principais prioridades do QREN, tendo inclusive sido alargado ao longo da sua implementação.</p>		
<p><b>23. Manter os níveis de apoio à Iniciativa Novas Oportunidades e reforçar o apoio aos sistemas de orientação.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN. Refira-se, porém, que o investimento neste domínio tem constituído e continua a constituir uma das principais prioridades do QREN. Por outro lado, embora não dependendo directamente do QREN, foi já anunciado pela Agência Nacional para a Qualificação que uma das medidas a implementar no próximo ciclo da Iniciativa (2011-2015) passa precisamente pela reestruturação do sistema de orientação.</p>		

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>24. Avaliar a viabilidade de introdução de novas tipologias de intervenção no domínio da coesão social, tendentes a combater o risco de pobreza nas famílias trabalhadoras e em particular nas que têm menores a cargo.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN, embora se considere a mesma relevante.</p>		
<p><b>25. Avaliar a viabilidade de programar medidas de encorajamento à participação empresarial em parcerias para o desenvolvimento da formação profissional.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Já existe um conjunto de medidas ou instrumentos que vão no sentido do proposto na recomendação, no quadro das tipologias de intervenção que visam encorajar a participação empresarial na formação profissional e que são co-financiadas pelo FSE ou mesmo pelo FEDER, no quadro da flexibilidade interfundos permitida pelos regulamentos comunitários.</p>		
<p><b>26. Avaliar as experiências de integração de intervenções multi-sectoriais que constituem a Política de Cidades, os Programas Territoriais de Desenvolvimento (contratualização de gestão com Associações de Municípios) e as Estratégias de Eficiência Colectiva ARDU e PROVERE.</b></p>	<p>Aceite</p>	<p>A avaliação destes instrumentos de política constitui uma das preocupações do Observatório do QREN e também de outros organismos com responsabilidades na governação técnica e política do QREN.</p>	<p>- Promover a implementação dos exercícios de avaliação programados no Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO que se inserem nesta perspectiva (Avaliação das EEC - PROVERE, Avaliação de operacionalização dos instrumentos de política de cidades)</p> <p>- Prosseguir e aprofundar o processo de acompanhamento específico das Comunidades Intermunicipais.</p>	<p>- Em desenvolvimento</p> <p>- Em desenvolvimento (em contínuo)</p>

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>27. Reorientar as atribuições e competências dos diversos organismos envolvidos na gestão do POVT, por forma a assegurar uma participação de natureza mais estratégica, nomeadamente na apreciação de candidaturas.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Considera-se que não é o quadro de atribuições e competências dos diversos organismos envolvidos na gestão do POVT que impede uma participação mais estratégica desses organismos, nomeadamente em sede de apreciação das candidaturas.</p>		
<p><b>28. Transformar os PTD em instrumentos efectivos de convergência da programação sectorial numa óptica territorial, procurando contribuir para uma maior racionalidade da intervenção das políticas públicas em territórios específicos.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Face ao processo de flexibilização introduzido no quadro do memorando de entendimento celebrado entre o Governo e ANMP, os Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) perderam capacidade de regulação territorial dos investimentos públicos e, em particular, autárquicos. Por outro lado, o facto de os PTD terem sido desenvolvidos como instrumentos de regulação dos investimentos autárquicos limita também o seu alcance para se atingir o objectivo previsto na recomendação.</p>		
<p><b>29. Criar condições nas estruturas técnicas dos PO para acelerar na generalidade dos POR os períodos de avaliação de candidaturas em concursos com elevados níveis de selectividade.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>A implementação desta recomendação obrigaria, em regra, a um reforço das estruturas técnicas dos PO não compaginável com o contexto actual de restrições orçamentais, ou podendo-se correr o risco de aligeiramento indesejável no rigor pretendido para os processos de selecção das candidaturas.</p>		

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>30. Dinamizar a realização de “zooms” da dinâmica de compromisso e execução do POPH em territórios específicos, evidenciando a diversidade de apoios que o FSE está a proporcionar.</b>	Aceite	<p>A realização destes “zooms” insere-se no esforço que o Observatório do QREN pretende aprofundar de análise territorial dos PO do QREN, tendo particularmente em conta a sua competência específica em matéria de monitorização da aplicação regional dos PO Temáticos do Continente.</p>	<p>Realização de “zooms territoriais” da aplicação dos PO do QREN, em articulação com as respectivas autoridades de gestão, de coordenação nacional dos fundos comunitários (IFDR e IGFSE) e os CODR.</p>	Em desenvolvimento
<b>31. Criação de um sistema de monitorização estratégica alicerçado, sobretudo, em informação relativa a projectos-chave cuja execução se afigura determinante para o cumprimento dos desígnios estratégicos da programação.</b>	Aceite	<p>O desenvolvimento do sistema de monitorização estratégica do QREN tem sido uma preocupação central do Observatório do QREN e também da CTC QREN no seu conjunto, estando o mesmo na base dos instrumentos regulares de reporte (trimestral e anual) sobre a implementação do QREN.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aperfeiçoamento do sistema de monitorização do QREN desenvolvido no seio da CTC QREN.</li> <li>- Desenvolvimento de estudos de caso pelo Observatório do QREN, com base na análise de projectos-chave ou emblemáticos no âmbito das prioridades estratégicas do QREN.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> <li>- Em desenvolvimento</li> </ul>
<b>32. Consagrar a monitorização da qualidade das intervenções apoiadas pelo POPH como elemento-chave da concretização do potencial de modernização inclusiva que a AOT apresenta.</b>	Parcialmente aceite	<p>A qualidade das intervenções apoiadas pelo POPH constitui uma das prioridades nucleares da autoridade de gestão do Programa e também, de forma mais ampla, dos restantes organismos envolvidos na sua implementação. Neste sentido, não se trata de aceitar a recomendação, uma vez que a monitorização da qualidade já se encontra consagrada como uma das prioridades, mas sim de procurar reforçar os seus mecanismos de execução.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prosseguir e aprofundar a análise da qualidade das intervenções apoiadas.</li> <li>- Aprofundar os mecanismos de monitorização da qualidade das intervenções apoiadas pelo POPH, nomeadamente através: <ul style="list-style-type: none"> <li>• do controlo administrativo e no local dos projectos apoiados, nos termos dos objectivos definidos;</li> <li>• dos processos de auditoria;</li> <li>• da avaliação do Programa, no quadro da implementação do respectivo Plano de Avaliação e também do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> <li>- Em desenvolvimento (em contínuo)</li> </ul>

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>33. Promover uma urgente análise do estado de execução física dos projectos aprovados.</b>	Parcialmente aceite	<p>A análise da execução física dos projectos é já realizada regularmente pelas autoridades responsáveis pela gestão e monitorização do QREN e incidindo em particular nos projectos aprovados há mais tempo e com baixa execução. Contudo, esse trabalho pode e deve ser aprofundado.</p>	<p>- Prosseguir e aprofundar a análise regular da implementação física dos projectos aprovados, no âmbito do sistema de monitorização do QREN.</p> <p>- Prosseguir e aprofundar a ponderação das medidas tendentes a promover a aceleração da execução das operações aprovadas, bem como o acompanhamento das medidas que já foram tomadas com esse objectivo, tendo nomeadamente em vista confirmar ou reprogramar os investimentos aprovados.</p>	<p>- Em desenvolvimento (em contínuo)</p> <p>- Em desenvolvimento</p>
<b>34. Vincular as AG dos diferentes PO a publicar listagens de projectos aprovados com potencial de tratamento das mesmas.</b>	Parcialmente aceite	<p>As AG já publicam regularmente listagens com os projectos aprovados, em conformidade com o previsto na regulamentação aplicável. Estas listagens podem, contudo, ser disponibilizadas de forma mais amigável para os seus potenciais utilizadores.</p>	<p>Promover o aperfeiçoamento das listagens de projectos aprovados, em articulação com as autoridades de gestão.</p>	Em desenvolvimento
<b>35. Melhorar os Sistemas de Informação e Monitorização dos diversos Programas Operacionais, de forma a produzirem informação de qualidade e em tempo útil.</b>	Aceite	<p>Os sistemas de informação e monitorização dos PO e do QREN estão em aperfeiçoamento contínuo.</p>	<p>Consolidação/aperfeiçoamento do sistema de monitorização do QREN, desenvolvido pela CTC QREN, com destaque, nesse contexto, para o papel do Observatório do QREN e do IFDR e IGFSE, no quadro das competências de monitorização estratégica do QREN, no primeiro caso, e de monitorização operacional do FEDER e FC e do FSE no que respeita, respectivamente, ao IFDR e ao FSE.</p>	Em desenvolvimento (em contínuo)

Recomendação	Follow-up (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada) <sup>1</sup>	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>36. Criar (junto do POPH, em articulação com a ANQ) dispositivos de monitorização dos bloqueios e disfuncionamentos de acesso às qualificações de nível III com dupla certificação (da parte de jovens e adultos), bem como da absorção dos novos qualificados quer pelo mercado de trabalho.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Entende-se que, sem prejuízo do envolvimento do POPH ou outros organismos que participam na governação técnica do QREN nesses dispositivos, a sua criação deve ser assegurada no quadro da gestão das políticas públicas de apoio à qualificação dos jovens e adultos, desde logo porque uma parte importante dos apoios públicos neste domínio não são co-financiados pelo QREN.</p>		



Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>RECOMENDAÇÕES DO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS -A MONTANTE DO QREN E DOS PO</b>				
<p><b>1. Clarificar prioridades em matéria de Pólos de Competitividade e Clusters a privilegiar, tendo em vista a produção de efeitos em matéria de alteração do perfil de especialização da economia portuguesa e aumento da produção de bens transaccionáveis.</b></p>	Parcialmente aceite	<p>No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN as prioridades em matéria de tipologias de investimento e áreas tecnológicas de desenvolvimento de produtos/processos associadas a cada um dos PCT/ OC reconhecidos, constituem elementos decisivos na selecção dos projectos.</p> <p>Desta forma, tem existido um esforço de alinhamento das prioridades dos PCT/ OC com as prioridades das políticas públicas, em matéria de competitividade e inovação.</p>	<p>Prosseguir e aprofundar ao nível do acompanhamento e avaliação das actividades e resultados dos PCT/ OC reconhecidos.</p>	Em desenvolvimento (em contínuo)
<p><b>2. Reforçar a prioridade de políticas públicas dirigidas ao núcleo central da competitividade empresarial, recentrando apoios em torno das condições com impactos mais significativos nas empresas e nas condições de especialização das diferentes regiões.</b></p>	Aceite	<p>A prioridade das políticas públicas neste domínio tem vindo a concentrar-se e a reforçar-se em torno destes domínios. Por exemplo, os concursos abertos mais recentemente no âmbito dos Sistemas de Incentivos foram focados na promoção da exportação.</p>	<p>Prosseguir e aprofundar a monitorização estratégica da prossecução destas prioridades na implementação das políticas públicas co-financiadas pelo QREN dirigidas a promover a competitividade das empresas.</p>	Em desenvolvimento (em contínuo)

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>3. Revitalizar o papel de dinamização e enquadramento do Plano Tecnológico, definindo novas metas e ambições para o segundo período de concretização do QREN.</b>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN.		
<b>4. Reforçar apoios à valorização económica e empresarial de investigação científica e tecnológica, discriminando positivamente as experiências com maior e mais consistente interacção com o tecido produtivo e criando condições institucionais para a formação de sistemas regionais de inovação.</b>	Não aceite	Recomendação de âmbito muito genérico e, por essa razão, de difícil concretização/desenvolvimento. Por outro lado, o QREN já prevê um amplo quadro de apoios financeiros nestes domínios.		
<b>5. Manter em funcionamento incentivos às empresas orientados para a inserção de doutorados, de modo a consolidar estruturas internas de I&amp;D nas empresas.</b>	Aceite	Os apoios/incentivos à inserção de doutorados nas empresas continuam em vigor e com o apoio do QREN.	Prosseguir e ponderar aprofundamentos dos apoios concedidos neste domínio com o apoio do QREN, bem como a sua respectiva monitorização estratégica	Em desenvolvimento
<b>6. Melhorar as condições de acesso ao PRODER das experiências de Clusters e Pólos de Competitividade relacionados com o sector agro-alimentar.</b>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	A implementação desta recomendação ultrapassa o âmbito da governação técnica do QREN, embora se considere a mesma relevante.		
<b>7. Conceber e operacionalizar um programa de empreendedorismo a promover no âmbito dos sistemas educativos básico e secundário.</b>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN. Note-se que esta constitui uma recomendação recorrente no domínio das políticas de apoio ao empreendedorismo.		

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<b>8. Desenvolver as vertentes de suporte (informação e orientação, instalações e equipamentos, métodos e recursos didácticos, ...) destinadas à melhoria da qualidade da educação de base e da educação técnico-profissional.</b>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN. Refira-se, porém, que estão já em curso diversas medidas neste domínio, parte importante das quais financiadas pelo QREN (e.g., no âmbito da modernização/requalificação do parque escolar, incluindo aqui as intervenções do Plano Tecnológico da Educação).		
<b>9. Reforçar a capacidade dos estabelecimentos escolares, em matéria de instalações, equipamentos e recursos formativos, tendo em vista sequenciar o esforço de investimento na expansão dos Cursos Profissionais.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aceite, no que se prende com a esfera de competências dos órgãos de governação técnica do QREN</li> <li>- Reencaminhada para a coordenação política do QREN</li> </ul>	O investimento nestes domínios tem constituído e continua a constituir uma das principais prioridades do QREN, tendo inclusive sido alargado ao longo da sua implementação, nomeadamente no âmbito das medidas de combate à crise.	Prosseguimentos da monitorização das complementaridades entre os investimentos nestes domínios.	Em desenvolvimento.
<b>10. Reforço das iniciativas conducentes à qualificação do capital social e ao estabelecimento de articulações entre actores, tendo em vista o desenvolvimento de projectos e de visões de longo prazo em diferentes domínios económicos, sociais e cognitivos.</b>	Não aceite	Recomendação de âmbito muito genérico e, por essa razão, de difícil concretização/desenvolvimento.		

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>11. Acelerar o ritmo de “catching up”, através da melhoria da eficiência da qualificação inicial dos jovens e das Novas Oportunidades adultos, traduzido no aumento das taxas de certificação (sucesso) no secundário, e da definição de uma 2ª geração das NO (adultos), centrada na aposta na progressão para o secundário, na dupla certificação e na Aprendizagem ao Longo da Vida.</b></p>	<p>Parcialmente aceite</p>	<p>Recomendação de âmbito muito genérico. Contudo, a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, que é fortemente financiada pelo QREN, vem de encontro a esta recomendação, quer no passado, quer no futuro mais próximo, tendo nomeadamente em vista as medidas previstas para os próximos anos para o prosseguimento da mesma e anunciadas pela ANQ.</p>	<p>Prosseguir o financiamento da Iniciativa Novas Oportunidades e os processos de monitorização e avaliação da eficácia e eficiência dos respectivos investimentos realizados.</p>	<p>Em desenvolvimento</p>
<p><b>12. Induzir uma mudança estrutural, de natureza qualitativa, na oferta e na procura de qualificações, contemplando: (i) reforço e integração do sistema de qualidade da educação e formação (antes, durante e após); (ii) definição de uma <i>New Skills for New Jobs</i> (NSNJ) para Portugal; e (iii) alinhamento das prioridades do POPH com as prioridades estabelecidas pelos outros PO, em particular pelas Agendas da Competitividade e Valorização do Território.</b></p>	<p>- Parcialmente aceite, no que se prende com a esfera de competências dos órgãos de governação técnica do QREN - Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa em boa medida a esfera de competências do QREN, em embora se considere a mesma relevante, nomeadamente no que se prende com o reforço e integração do sistema de qualidade da educação e formação e a definição de uma <i>New Skills for New Jobs</i> (NSNJ) para Portugal. Contudo, no que respeita ao alinhamento das prioridades do POPH com as restantes Agendas da Competitividade e Valorização do Território, trata-se de uma recomendação que abrange directamente a governação do QREN.</p>	<p>Aprofundar a articulação entre a Agenda do Potencial Humano e, sobretudo, a Agenda da Competitividade, no quadro nomeadamente de iniciativas já referidas a propósito de outras recomendações (<i>zooms</i> territoriais, realização de reuniões temáticas, etc.).</p>	<p>Em desenvolvimento</p>

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>13. Aprofundar o desenvolvimento de adequados mecanismos de planeamento da oferta educativa e que estes sejam tidos em conta na definição de prioridades de financiamento através dos PO da Agenda do Potencial Humano.</b></p>	Aceite	<p>Recomendação de âmbito genérico. Contudo, atendendo a que o planeamento adequado da oferta de educação e formação constitui um instrumento estratégico para promover uma maior eficácia e eficiência dos investimentos neste domínio, considera-se relevante ponderar esta recomendação com as autoridades de gestão dos PO FSE, o IGFSE e envolvendo também os organismos públicos responsáveis pelo planeamento e execução das políticas públicas neste domínio (ANQ e IEFP).</p>	<p>Ponderar com as autoridades de gestão do FSE, o IGFSE e os organismos públicos responsáveis pelo planeamento e execução das políticas públicas neste domínio (ANQ e IEFP) o aprofundamento dos mecanismos de planeamento da oferta de educação e formação, tendo também em contas as recomendações nº 14, 15 e 16, que concretizam em boa medida esta recomendação de âmbito mais genérico.</p>	Em desenvolvimento
<p><b>14. Promover a ancoragem territorial das ofertas CEF Jovens e Adultos, com mobilização de parcerias regionais para a criação de planos integrados de formação, complementares com o apoio social.</b></p>	Reencaminhada para a coordenação política do QREN	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN, embora se considere a mesma relevante e podendo o QREN dar um contributo para a sua concretização, tendo em conta o previsto na resposta à recomendação anterior.</p>		

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>15. Aprofundar a experiência positiva de articulação das estruturas desconcentradas das tutelas da educação e da formação-emprego, com entidades de interface, associativas e outras, na reconfiguração da rede das ofertas formativas (Cursos Profissionais, Sistema de Aprendizagem e Cursos EFA), com evolução para dispositivos formais que contribuam para atenuar os desfasamentos entre a oferta e a procura de qualificações, a nível sectorial e regional.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN, embora se considere a mesma relevante e podendo o QREN dar um contributo para a sua concretização, tendo em conta o previsto na resposta à recomendação anterior.</p>		
<p><b>16. Aprofundar os instrumentos de fundamentação técnica de apoio à estruturação da rede de ofertas, bem como o desenvolvimento e aplicação de instrumentos de apoio à informação e orientação escolar e profissional.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN, embora se considere a mesma relevante e podendo o QREN dar um contributo para a sua concretização, tendo em conta o previsto na resposta à recomendação anterior.</p>		
<p><b>17. Conceber mecanismos complementares dos baseados no sistema de acreditação de entidades de formação como indicador de qualidade das entidades promotoras de formação.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>Recomendação pouco específica e, por essa razão, de difícil concretização/desenvolvimento.</p>		

Recomendação	<i>Follow-up</i> (aceite, parcialmente aceite, não aceite, reencaminhada)	Justificar resposta	Principais iniciativas a promover com vista à implementação da recomendação (quando aceite ou parcialmente aceite)	Estado de concretização das iniciativas (implementada, em desenvolvimento,...)
<p><b>18. Avaliar a viabilidade de criação de um mecanismo de acção positiva para a inserção profissional das dezenas de milhares de jovens que optam pelo ensino profissional, sob a forma de incentivos específicos à sua contratação ou através de outras medidas de política activa de emprego.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN. Note-se, contudo, que já existem instrumentos para o efeito e que têm vindo a ser reforçados, com particular destaque para os estágios profissionais e também para os apoios à contratação de jovens, que beneficiam de apoio do QREN.</p>		
<p><b>19. Definir orientações para uma segunda fase de aplicação da política de cidades como política transversal, com mandatos e orientações explícitas para as diferentes CCDR do Continente e com plena integração dos instrumentos de EEC de base territorial.</b></p>	<p>Não aceite</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN. Por outro lado, trata-se de uma recomendação de âmbito muito genérico e, por essa razão, de difícil concretização/desenvolvimento.</p>		
<p><b>20. Actualizar referenciais estratégicos das políticas sectoriais no âmbito da Agenda Operacional Temática (AOT) da Valorização do Território, tendo em conta o novo panorama de escolhas públicas que as condições orçamentais tenderão a determinar.</b></p>	<p>Reencaminhada para a coordenação política do QREN</p>	<p>A implementação desta recomendação ultrapassa a esfera de competências do QREN, embora se considere a mesma relevante, atendendo à alteração muito significativa no contexto de implementação dos investimentos previstos no âmbito desta AOT.</p>		